

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 1.210 - RJ  
(2010/0049852-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS CVM**  
**PROCURADOR : ALEXANDRE PINHEIRO DOS SANTOS E OUTRO(S)**  
**AGRAVADO : INSTITUTO BRASILEIRO DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS -**  
**IBEF RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADO : JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES E OUTRO(S)**  
**REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIÃO**

## **EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. LIMINAR DE PRIMEIRO GRAU. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA RECURSAL NÃO ACOLHIDA. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. REMUNERAÇÃO DE EXECUTIVOS DE EMPRESAS PRIVADAS. DIVULGAÇÃO. SUSPENSÃO INDEFERIDA. FATO SUPERVENIENTE. PREJUDICIALIDADE.

– Revogada a liminar impugnada na presente suspensão, o regimental em julgamento perde o objeto.

Agravo regimental prejudicado por falta de objeto.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Luiz Fux, por unanimidade, julgar prejudicado o agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Felix Fischer, Eliana Calmon, Nancy Andrichi, Laurita Vaz, Luiz Fux, Teori Albino Zavascki, Castro Meira e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator.

Não participaram do julgamento os Srs. Ministros Aldir Passarinho Junior e Hamilton Carvalho.

Ausentes, justificadamente, o Sr. Ministro Gilson Dipp e, ocasionalmente, os Srs. Ministros Francisco Falcão e João Otávio de Noronha.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Ari Pargendler.

Brasília, 1º de setembro de 2010(data do julgamento).

**MINISTRO ARI PARGENDLER, Presidente**

**MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA, Relator**

**AgRg na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 1.210 - RJ  
(2010/0049852-0)**

**RELATÓRIO**

**O EXMO. SR. MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA:**

Agravo regimental interposto pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM contra a decisão de fls. 976-980, na qual indeferi o pedido de suspensão assim:

"A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, autarquia federal, ingressa com o presente requerimento para suspender a decisão proferida nos autos da Ação Ordinária n. 2010.5101002888-5 (5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro), que deferiu a liminar postulada pelo autor para sustar a eficácia do subitem 13.11, do Anexo 24, da Instrução CVM nº. 480, em relação aos associados do IBEF, e, por consequência, às sociedades às quais estejam vinculados, vedada a aplicação de qualquer sanção aos associados ou às sociedades às quais pertençam, até ulterior decisão' (fl. 374).

Narra a requerente que:

'O Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças – IBEF ajuizou ação pelo procedimento ordinário com o objetivo de, 'afastando-se a aplicação do subitem 13.11, do Anexo 24 da Instrução CVM 480, proibir a CVM de impor quaisquer penalidades contra os executivos e as emissoras de valores mobiliários, a cujos quadros pertençam os associados da autora'.

Alega a associação autora que a exigência contida no subitem 13.11 do Anexo 24 da Instrução **CVM** nº 480, de 7 de dezembro de 2009, seria inconstitucional e ilegal, com base, resumidamente, nas seguintes alegações:

- a) violação ao princípio da legalidade, 'porquanto cria, via regulamento, uma nova regra que não existia no âmbito da lei formal';
- b) com a edição da citada instrução, a opção concedida pelo art 152 da Lei nº 6.404/76 'é retirada da companhia, que ficaria obrigada a indicar a remuneração individual';
- c) a Instrução CVM nº 480/09 'cria uma nova realidade jurídica, em confronto com o art. 157 da Lei das SA';
- d) violação aos direitos à privacidade, intimidade e à proteção ao sigilo de dados;
- e) a divulgação 'pode servir de instrumento

para a prática de atos capazes de colocar em risco a segurança das pessoas cujos ganhos serão publicados. O risco, evidentemente, se estende para a família deles', e;

f) ausência de proporcionalidade.

O MM. Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro deferiu, sem qualquer oitiva prévia desta Autarquia, medida liminar em tutela antecipada nos autos daquela ação pelo procedimento ordinário [...]

[...]

Ato contínuo a essa r. decisão, a CVM interpôs o cabível recurso de Agravo de Instrumento (Doc. 11), com pedido de efeito suspensivo, no âmbito do qual o Exmo. Sr. Juiz Convocado [...], da 8ª Turma Especializada do Egrégio TRF da 2ª Região, sem apreciar, na oportunidade, a relevância da fundamentação ali explicitada, optou por indeferir a tutela recursal pretendida, com base nos seguintes e principais argumentos (no bojo dos quais restou expressamente reconhecida, ao menos, a possibilidade de a medida liminar de que se trata estar, desde a sua concessão, gerando efeitos irreversíveis no mercado de capitais brasileiro, o qual, como sabido, e à luz do disposto precipuamente no art. 192 da Constituição Federal de 1988, é fundamental para o desenvolvimento econômico do País)' (fls. 5-8).

Sustenta a requerente haver grave lesão à ordem, à economia e ao interesse público, sendo relevantes os 'motivos que conduzem à efetiva necessidade de divulgação das informações referentes à remuneração atribuída aos órgãos estatutários das companhias abertas questionada na ação de origem' (fl. 10). Argumenta, para tanto: a) 'a liminar atenta contra a previsibilidade das relações econômicas travadas no mercado de capitais e vem gerando um ambiente de insegurança' (fl. 10); b) 'a divulgação de informações quanto à estrutura remuneratória das companhias abertas eleva o nível de transparência das informações fornecidas aos poupadores populares no âmbito do mercado de capitais ao patamar mínimo internacionalmente estabelecido' (fl. 10); c) 'a liminar impede a fiscalização pelos acionistas da dinâmica de incentivos financeiros dados aos administradores das companhias abertas' (fl. 10); d) 'a medida ora atacada coloca o Brasil numa posição atrasada no mercado de capitais internacional' (fl. 10); e) 'a falta de fiscalização da estrutura de incentivos por parte dos investidores pode permitir arranjos institucionais que premiem inadequadamente os executivos, estimulando a adoção de riscos excessivos' (fl. 11); f) 'a cláusula de *disclosure*, ora em exame, é um compromisso assumido internacionalmente pelo Brasil em decorrência das reuniões de cúpula do G20 e perante a Organização Internacional das Comissões de Valores

(IOSCO)' (fl. 11).

Alega, ainda, que há 'uma correlação direta entre o desenvolvimento do mercado de capitais e o desenvolvimento econômico' (fl. 11) e que 'assegurar o funcionamento eficiente e regular do mercado de capitais, conforme expressa e claramente determina a lei, é um dos fins que se destaca no âmbito do papel institucional especialmente reservado pela ordem jurídica à CVM' (fl. 12).

Ressalta, então, que **'o propósito do fornecimento desse conjunto de informações relacionadas à remuneração e aos benefícios pagos aos administradores das companhias abertas é, portanto, permitir aos acionistas e aos potenciais investidores que compreendam, por meio delas, toda a dinâmica de incentivos dados à administração, bem como que avaliem a razoabilidade dos montantes e da concentração das recompensas, tudo isso cotejado com as informações divulgadas pelas demais companhias'** (fl. 14).

No tocante à legislação em vigor, afirma que 'a política de *disclosure* tem expressa previsão legal, dentre outros dispositivos, no art. 4º, inciso VI, e no art. 22, § 1º, da lei 6.385/76, os quais determinaram, respectivamente, que **competete à CVM** assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e sobre as companhias emissoras, bem como **expedir normas sobre as informações que as companhias devam divulgar e a periodicidade dessa divulgação'** (fl. 23).

Por outro lado, 'hodiernamente, [...] já não há qualquer espaço para dúvida de que os direitos constitucionais, mesmo os fundamentais, não são direitos absolutos, devendo ceder passo diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça' (fl. 28). Assim, 'apesar de toda [...] jurisprudência da Suprema Corte, a r. decisão de primeira instância fez prevalecer, apenas e tão somente, alegados interesses individuais e egoísticos de administradores de companhias abertas que, segundo a associação autora, se consideraram afetados pela exigência contida na Instrução CVM nº 480/09 (Anexo 24, subitem 13.11)' (fl. 30).

Determinei, em 5.4.2010, que a requerente juntasse cópia do inteiro teor da decisão de primeiro grau, considerando que a cópia apresentada com a inicial estava incompleta (fl. 790).

A requerente cumpriu a determinação (fls. 805-811).

Decido.

A ora requerente baixou a Instrução CVM n. 480, de 7.12.2009, dispondo 'sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários' (fl. 129). O art. 21 da instrução determina que 'o emissor deve enviar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as seguintes informações: I – formulário cadastral; II – formulário de referência; III – demonstrações financeiras; IV – formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP; V – formulário de informações trimestrais - ITR [...]' (fl. 135).

No tocante ao 'Conteúdo do Formulário de Referência', estabelece o Anexo 24 da referida instrução que:

**'13. Remuneração dos administradores**

[...]

**13.11.** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual' (fl. 199).

A liminar de primeiro grau, ora impugnada, suspendeu, exatamente, a eficácia do subitem '13.11' acima reproduzido.

Não se pode questionar a importância da Comissão de Valores Mobiliários e da regulamentação em debate para o mercado de capitais, que sempre deve ser atualizada para melhor proteger os investidores e o próprio mercado.

Ocorre que a requerente, apesar de todas as alegações que trouxe em sua inicial, não demonstra que a ausência de divulgação imediata do 'valor da maior remuneração individual', do 'valor da menor remuneração individual' e do 'valor médio de remuneração individual' (fl. 809) possa causar grave, iminente e irreparável lesão à ordem, à economia e ao interesse públicos, o que torna inviável a utilização da suspensão de liminar e de sentença.

Com isso, não vejo porque não se possa aguardar o julgamento do feito na instância própria, à luz da legislação pertinente, momento em que poderá o Judiciário reapreciar a liminar aqui atacada e reformá-la, se necessário.

Sobre a discussão pertinente à legalidade e à constitucionalidade da divulgação da remuneração dos administradores, não enseja o acolhimento do pedido. É que os temas diretamente relacionados com o mérito da demanda principal não podem ser examinados na presente via, que não substitui o recurso próprio. A suspensão de liminar e de sentença, como cediço, limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e à economia públicas (cf. AgRg na SLS n. 846/SP, publicado em 7.8.2008, da relatoria do Ministro Humberto Gomes de Barros, AgRg na SLS n. 821/MG, publicado em 5.5.2008, da relatoria do Ministro Barros Monteiro, e AgRg na SLS n. 1.011/PI, publicado em 7.5.2009, da minha relatoria, todos da Corte Especial).

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se."

Sobre a lesão à ordem pública, à economia popular e ao investidor,

afirma, a agravante inicialmente, "que a cláusula de *disclosure* importa a divulgação institucional do balizamento remuneratório, **SEM IDENTIFICAÇÃO DOS GANHOS INDIVIDUAIS DOS EXECUTIVOS E ADMINISTRADORES**. Ou seja, a informação é apresentada em termos gerais, com a maior, menor e remuneração média dos executivos, sem indicar individualmente quanto cada executivo recebe" (fl. 997).

Destaca "que, consoante levantamento feito pelo Jornal Valor Econômico [...], na média, os diretores das companhias que se recusam a divulgar as informações na forma requerida pela Instrução CVM nº 480/09, protegidos pela liminar que ora se pretende suspender, **PERCEBERAM UMA REMUNERAÇÃO SUPERIOR AO DOBRO DOS SALÁRIOS DOS EXECUTIVOS DAS DEMAIS EMPRESAS DO SETOR, NO ANO DE 2009**" (fl. 997). Esclarece que, conforme "dados do Valor Econômico, o salário médio individual de cada executivo das empresas que não apresentam seus dados à CVM é **R\$ 2,36 milhões por ano** (dados de 2009). Nas empresas que cumpriram a instrução e abriram seus dados, o salário médio dos executivos é de **R\$ 1,04 milhão por ano**" (fl. 997).

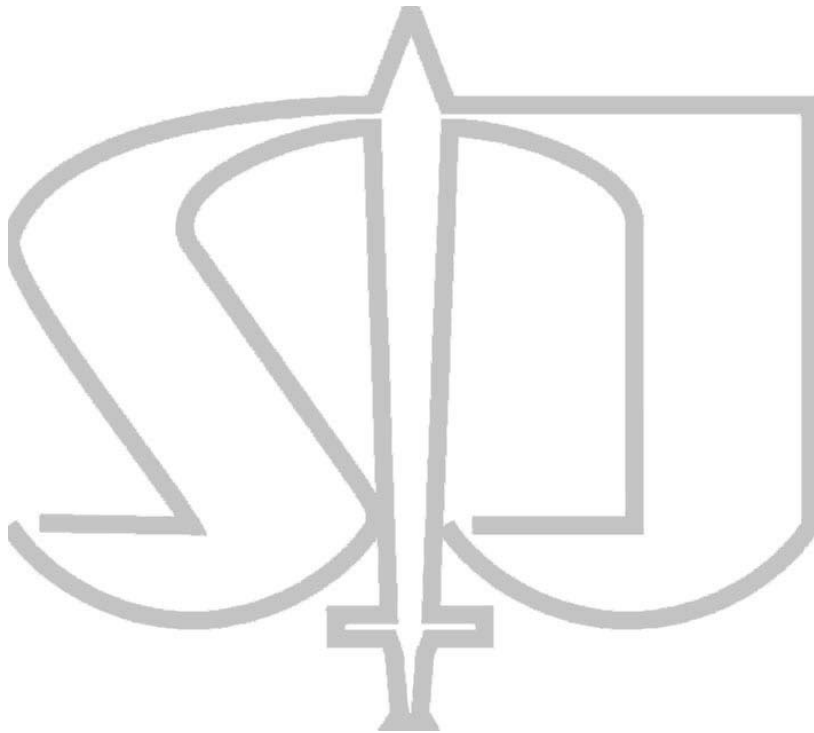
Conclui, então, a respeito desse ponto, que "é a **ECONOMIA POPULAR quem está sendo punida pela manutenção da liminar**, pois os investidores estão pagando uma remuneração a executivos em valor **muito acima da média de mercado**, sem sequer saber detalhes imprescindíveis, como o real nível de exposição a riscos do empreendimento em comum para o qual destinaram os seus recursos. Ao manter estes investidores num **ESTADO DE ABSOLUTA IGNORÂNCIA** quanto ao assunto, o que se está fazendo é **induzir os pequenos investidores em ERRO**, já que estes investem nestas empresas sem estarem cientes dos altos salários que pagam aos seus executivos e dos reais riscos a que estão submetidos" (fl. 998).

Argumenta, ainda, que "**48 companhias abertas alcançadas pelo comando regulamentar questionado DEIXARAM DE APRESENTAR OS DADOS DE REMUNERAÇÃO DOS SEUS EXECUTIVOS**, amparados na liminar ora atacada. Estas companhias são de alta influência financeira no mercado de ações, **representando 40,8% do IBOVESPA, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo**" (fl. 999).

Reitera a agravante as demais alegações contidas na inicial da

suspensão, relatadas na decisão agravada.

É o relatório.



**AgRg na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 1.210 - RJ  
(2010/0049852-0)**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. LIMINAR DE PRIMEIRO GRAU. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA RECURSAL NÃO ACOLHIDA. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. REMUNERAÇÃO DE EXECUTIVOS DE EMPRESAS PRIVADAS. DIVULGAÇÃO. SUSPENSÃO INDEFERIDA. FATO SUPERVENIENTE. PREJUDICIALIDADE.

– Revogada a liminar impugnada na presente suspensão, o regimental em julgamento perde o objeto.

Agravo regimental prejudicado por falta de objeto.

**VOTO**

**O EXMO. SR. MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA (Relator):**

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, autarquia federal, ingressou com o presente requerimento para suspender a decisão proferida nos autos da Ação Ordinária n. 2010.51.01.002888-5 (5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro), que concedeu a liminar postulada pelo autor para sustar a "eficácia do subitem 13.11, do Anexo 24, da Instrução CVM nº. 480, em relação aos associados do IBEF, e, por consequência, às sociedades às quais estejam vinculados, vedada a aplicação de qualquer sanção aos associados ou às sociedades às quais pertençam, até ulterior decisão" (fl. 374).

A referida liminar, observo, foi impugnada no Agravo de Instrumento n. 2010.02.01.002742-8, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, cuja tutela recursal foi indeferida pelo relator (fls. 443-444).

Rejeitei o pedido de suspensão na decisão agravada e, na sessão deste Colegiado realizada em 16.6.2010, neguei provimento ao agravo regimental, tendo o em. Ministro Luiz Fux pedido vista.

Ocorre que a própria Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ora agravante, em 27.8.2010, protocolizou petição informando "a **perda superveniente do objeto** do presente pedido de suspensão" (fl. 1.309) em decorrência de fato novo,



verificado após o início do julgamento do regimental. É que a oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, de fato, deu provimento ao Agravo de Instrumento n. 2010.02.01.002742-8 e revogou a liminar concedida na Ação Ordinária n. 2010.51.01.002888-5 (5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro), impugnada neste feito (cf. fls. 1.310-1.324).

Ante o exposto, julgo prejudicado o agravo regimental por falta de objeto.



# Superior Tribunal de Justiça

## CERTIDÃO DE JULGAMENTO CORTE ESPECIAL

Número Registro: 2010/0049852-0      **PROCESSO ELETRÔNICO**      **AgRg na SLS 1.210 / RJ**

Números Origem: 2010002010027428 201051010028885

EM MESA

JULGADO: 16/06/2010

### Relator

Exmo. Sr. Ministro **PRESIDENTE DO STJ**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro ARI PARGENDLER

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

Secretária

Bela. VANIA MARIA SOARES ROCHA

### AUTUAÇÃO

REQUERENTE : COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS CVM  
PROCURADOR : ALEXANDRE PINHEIRO DOS SANTOS E OUTRO(S)  
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIÃO  
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS - IBEF RIO DE JANEIRO  
ADVOGADO : JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Empresas - Mercado de Capitais

### AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS CVM  
PROCURADOR : ALEXANDRE PINHEIRO DOS SANTOS E OUTRO(S)  
AGRAVADO : INSTITUTO BRASILEIRO DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS - IBEF RIO DE JANEIRO  
ADVOGADO : JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES E OUTRO(S)  
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIÃO

### CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após o voto do Sr. Ministro Relator negando provimento ao agravo regimental, pediu vista antecipadamente o Sr. Ministro Luiz Fux.

Aguardam os Srs. Ministros Felix Fischer, Eliana Calmon, Francisco Falcão, Nancy Andrighi, Laurita Vaz, João Otávio de Noronha, Teori Albino Zavascki, Castro Meira e Arnaldo Esteves Lima.

Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Aldir Passarinho Junior, Gilson Dipp e Hamilton Carvalhido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Ari Pargendler.

Brasília, 16 de junho de 2010

VANIA MARIA SOARES ROCHA  
Secretária



**AgRg na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 1.210 - RJ  
(2010/0049852-0)**

**VOTO-VISTA**

**O EXMO. SR. MINISTRO LUIZ FUX:** Cuida-se de agravo regimental interposto pela COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, em face de decisão exarada pelo E. Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça nos seguintes termos:

A ora requerente baixou a Instrução CVM n. 480, de 7.12.2009, dispondo "sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários" (fl. 129). O art. 21 da instrução determina que "o emissor deve enviar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as seguintes informações: I – formulário cadastral; II – formulário de referência; III – demonstrações financeiras; IV – formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP; V – formulário de informações trimestrais - ITR..." (fl. 135).

No tocante ao "Conteúdo do Formulário de Referência", estabelece o Anexo 24 da referida instrução que:

**"13. Remuneração dos administradores**

**13.11.** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual" (fl. 199).

A liminar de primeiro grau, ora impugnada, suspendeu, exatamente, a eficácia do subitem "13.11" acima reproduzido.

Não se pode questionar a importância da Comissão de Valores Mobiliários e da regulamentação em debate para o mercado de capitais, que sempre deve ser atualizada para melhor proteger os investidores e o próprio mercado.

Ocorre que a requerente, apesar de todas as alegações que trouxe em sua inicial, não demonstra que a ausência de divulgação imediata do "valor da maior remuneração individual", do "valor da menor remuneração individual" e do "valor médio de remuneração individual" (fl. 809) possa causar grave, iminente e irreparável lesão à ordem, à economia e ao interesse públicos, o que torna inviável a utilização da suspensão de liminar e de sentença.

Com isso, não vejo porque não se possa aguardar o julgamento do feito na instância própria, à luz da legislação pertinente, momento em que poderá o Judiciário reapreciar a liminar aqui atacada e reformá-la, se necessário.

# Superior Tribunal de Justiça

Sobre a discussão pertinente à legalidade e à constitucionalidade da divulgação da remuneração dos administradores, não enseja o acolhimento do pedido. É que os temas diretamente relacionados com o mérito da demanda principal não podem ser examinados na presente via, que não substitui o recurso próprio. A suspensão de liminar e de sentença, como cediço, limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e à economia públicas (cf. AgRg na SLS n. 846/SP, publicado em 7.8.2008, da relatoria do Ministro Humberto Gomes de Barros, AgRg na SLS n. 821/MG, publicado em 5.5.2008, da relatoria do Ministro Barros Monteiro, e AgRg na SLS n. 1.011/PI, publicado em 7.5.2009, da minha relatoria, todos da Corte Especial).

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

Pedi vista dos autos para melhor exame.

O pleito, em essência, visa a declaração de inconstitucionalidade de ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, transfigurado em ação de obrigação de não fazer.

Deveras, a própria requerente revela que o objetivo pretendido, vale dizer, a *disclosure* acerca de certos salários de administradores, vem fortuitamente publicadas em revistas especializadas.

Por fim, ainda que assim não fosse, consoante conclui o Sr. Presidente na decisão ora agravada, *verbis*:

Ocorre que a requerente, apesar de todas as alegações que trouxe em sua inicial, não demonstra que a ausência de divulgação imediata do "valor da maior remuneração individual", do "valor da menor remuneração individual" e do "valor médio de remuneração individual" (fl. 809) possa causar grave, iminente e irreparável lesão à ordem, à economia e ao interesse públicos, o que torna inviável a utilização da suspensão de liminar e de sentença.

Com isso, não vejo porque não se possa aguardar o julgamento do feito na instância própria, à luz da legislação pertinente, momento em que poderá o Judiciário reapreciar a liminar aqui atacada e reformá-la, se necessário.

Sobre a discussão pertinente à legalidade e à constitucionalidade da divulgação da remuneração dos administradores, não enseja o acolhimento do pedido. É que os temas diretamente relacionados com o mérito da demanda principal não podem ser examinados na presente via, que não substitui o recurso próprio. A suspensão de liminar e de sentença, como cediço, limita-se a averiguar a possibilidade de grave lesão à ordem, à segurança, à saúde e à economia públicas (cf. AgRg na SLS n. 846/SP, publicado em 7.8.2008, da relatoria do Ministro Humberto Gomes de Barros, AgRg na SLS n. 821/MG, publicado em 5.5.2008, da relatoria do Ministro Barros Monteiro, e AgRg na SLS n. 1.011/PI, publicado em 7.5.2009, da minha relatoria, todos da Corte Especial).

# *Superior Tribunal de Justiça*

(fl. 980, e-STJ)

Por esses fundamentos, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental, acompanhando o voto do E. Ministro Presidente do STJ.

É como voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO  
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2010/0049852-0      **PROCESSO ELETRÔNICO**      **AgRg na SLS 1.210 / RJ**

Números Origem: 2010002010027428 201051010028885

EM MESA

JULGADO: 01/09/2010

**Relator**

Exmo. Sr. Ministro **PRESIDENTE DO STJ**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro ARI PARGENDLER

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. EDINALDO DE HOLANDA BORGES

Secretária

Bela. VANIA MARIA SOARES ROCHA

**AUTUAÇÃO**

REQUERENTE : COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS CVM  
PROCURADOR : ALEXANDRE PINHEIRO DOS SANTOS E OUTRO(S)  
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIÃO  
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS - IBEF RIO DE JANEIRO  
ADVOGADO : JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Empresas - Mercado de Capitais

**AGRAVO REGIMENTAL**

AGRAVANTE : COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS CVM  
PROCURADOR : ALEXANDRE PINHEIRO DOS SANTOS E OUTRO(S)  
AGRAVADO : INSTITUTO BRASILEIRO DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS - IBEF RIO DE JANEIRO  
ADVOGADO : JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES E OUTRO(S)  
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIÃO

**CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Luiz Fux, a Corte Especial, por unanimidade, julgou prejudicado o agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Eliana Calmon, Nancy Andrigli, Laurita Vaz, Luiz Fux, Teori Albino Zavascki, Castro Meira e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator.

Não participaram do julgamento os Srs. Ministros Aldir Passarinho Junior e Hamilton Carvalhido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ausentes, justificadamente, o Sr. Ministro Gilson Dipp e, ocasionalmente, os Srs. Ministros Francisco Falcão e João Otávio de Noronha.  
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Ari Pargendler.

Brasília, 01 de setembro de 2010

VANIA MARIA SOARES ROCHA  
Secretária

